



2020

GUIA DE ELABORAÇÃO
**DE PROJETOS
FINANCIÁVEIS
DE AÇÃO CLIMÁTICA**

Experiências e lições
do laboratório de financiamento climático LEDES Lab



SUMÁRIO

GUIA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS FINANCIÁVEIS DE AÇÃO CLIMÁTICA.....	4	6. RECONHECER O PONTO DE PARTIDA.....	22
COMO UTILIZAR ESTE GUIA E A QUAIS PROJETOS DE AÇÃO CLIMÁTICA SE APLICA?.....	6	7. AVALIAR ALTERNATIVAS E SELECIONAR A MAIS ADEQUADA.....	23
REQUISITOS MÍNIMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO.....	8	8. DEFINIR OS MECANISMOS DE GESTÃO.....	25
INSTRUMENTOS DE ARTICULAÇÃO	9	9. IDENTIFICAR AS PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL	27
DE ONDE PARTIR?.....	10	10. COLETAR DADOS E MAPEAR POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO ...	29
1. DESENVOLVER UM MAPA DA CADEIA CAUSAL	11	11. SELECIONAR A FONTE DE FINANCIAMENTO	31
2. ALINHAR INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	13	<i>I. Metodologia aplicando critérios de seleção</i>	<i>31</i>
<i>Exemplos de políticas no Brasil</i>	<i>14</i>	<i>II. Metodologia com processo de avaliação e priorização</i>	<i>32</i>
<i>Exemplos de políticas na Colômbia.....</i>	<i>15</i>	BOAS PRÁTICAS PARA MONITORAR OS IMPACTOS DO PROJETO	33
<i>Exemplos de instrumentos legais municipais.....</i>	<i>15</i>	<i>M - O que é medido</i>	<i>33</i>
3. MAPEAR ATORES INTERNOS E EXTERNOS	16	<i>Como medir o desempenho do projeto?</i>	<i>33</i>
<i>Grupo de Trabalho Local</i>	<i>16</i>	<i>R - O que é relatado.....</i>	<i>34</i>
<i>Exemplos de Atores Internos.....</i>	<i>17</i>	<i>V - O que se verifica</i>	<i>34</i>
<i>Exemplos de Atores Externos</i>	<i>17</i>	BOAS PRÁTICAS PARA COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS E ESCALAR INICIATIVAS	35
4. DEFINIR ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO.....	18	GLOSSÁRIO.....	37
5. ESTABELEECER COMPROMISSOS.....	20	SIGLAS	40

GUIA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS FINANCIÁVEIS DE AÇÃO CLIMÁTICA

CONTEXTO

Atualmente, vivemos uma **crise climática** decorrente de alterações nas condições atmosféricas e que tem graves consequências para a vida na Terra. Tais alterações do clima já ocorriam em decorrência de causas naturais – como variações na radiação solar e nos movimentos orbitais da Terra. Porém, no período em que vivemos, essas alterações ocorrem de maneira muito veloz e sem precedentes, em consequência das atividades humanas, particularmente aquelas vinculadas à emissão de gases de efeito estufa (GEE), como o consumo de combustíveis fósseis e as atividades vinculadas à agropecuária.

Ações de mitigação e adaptação devem ser planejadas de forma sustentável, escalável e replicável para superar os desafios impostos pela mudança do clima. Assim, é fundamental a participação dos governos nacionais e locais – estes como importantes atores estratégicos – para potencializar o engajamento em âmbito público e privado, além da população.

Nesse sentido, foi desenvolvido o projeto **Urban-LEDS II** “Acelerando Ação Climática por meio da Promoção de Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixas Emissões”, que tem como principal objetivo tornar as estratégias de desenvolvimento de baixa emissão uma parte fundamental da política e do planejamento urbano nas cidades.

O Urban-LEDS II, financiado pela Comissão Europeia e implementado pelo ICLEI - Governos Locais pela

Sustentabilidade em parceria com o ONU-Habitat, está em execução em oito países (África do Sul, Bangladesh, Brasil, Colômbia, Índia, Indonésia, Laos e Ruanda). Na América do Sul, está sendo implementado em sete governos locais na Colômbia e em oito cidades no Brasil.

Um dos componentes do Urban-LEDS II é o **LEDS Lab**, um laboratório de financiamento de projetos climáticos, lançado em 2019. Ele tem por objetivo aprimorar a capacidade instalada nas prefeituras para a elaboração de projetos financiáveis, considerando os aspectos de mitigação e adaptação à mudança do clima.

ESTE GUIA

Este material apresenta as principais recomendações e experiências decorrentes da preparação e desenvolvimento da versão piloto do LEDS Lab nas cidades brasileiras do Recife e de Belo Horizonte, bem como nas cidades colombianas de Envigado e Tópaga.

O guia é pautado pela **metodologia GreenClimateCities** (GCC) desenvolvida e testada pelo ICLEI. Ela foi estruturada para apoiar os governos locais a enfrentarem os desafios e oportunidades do crescimento urbano, promovendo o desenvolvimento sustentável e uma economia de baixo carbono e resiliente ao clima.

O roteiro aqui proposto tem como foco os passos: **Detalhar e Financiar Projetos e Implementar e**

Monitorar, ambos contidos na fase **Agir** da metodologia GCC, apresentados na Figura 1:

“Acelerando Ação Climática por meio da Promoção de Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixas Emissões”

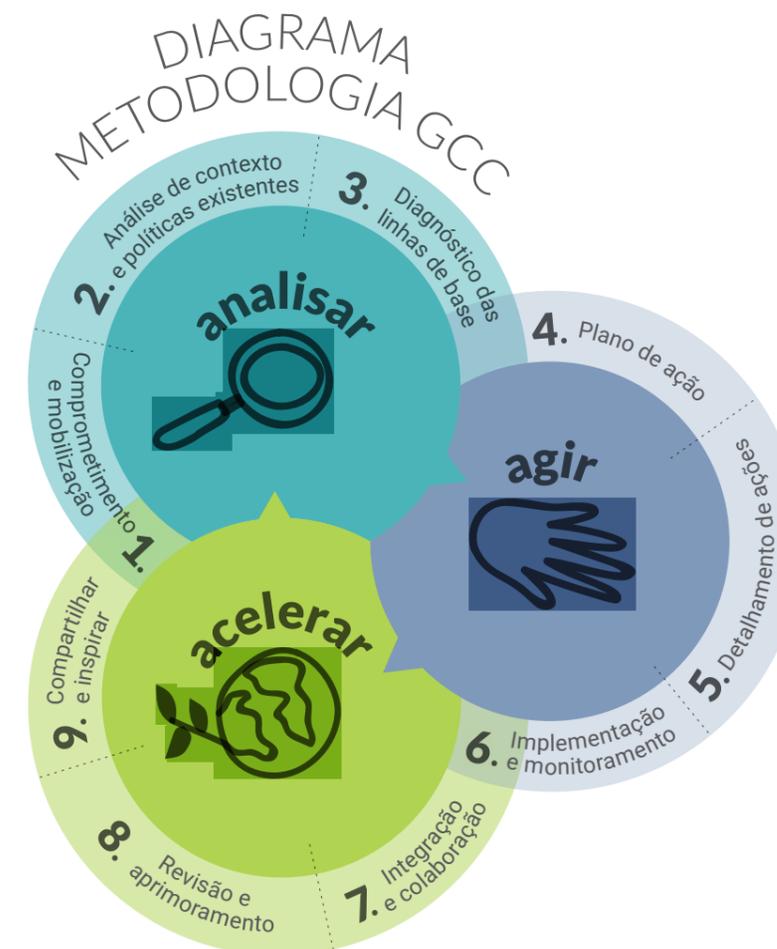


Figura 1. Detalhamento das fases e passos da metodologia GreenClimateCities do ICLEI
Fonte: ICLEI, 2016.

OBJETIVOS DO GUIA

- DISPONIBILIZAR CONTEÚDO E FERRAMENTAS PARA MOTIVAR E ORIENTAR GOVERNOS LOCAIS NO **APRIMORAMENTO DE SEUS PROCESSOS INTERNOS DE DEFINIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS FINANCIÁVEIS QUE ATENDAM A CRITÉRIOS CLIMÁTICOS** PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE BAIXO CARBONO E RESILIENTE AO CLIMA;
- DESENVOLVER CAPACIDADES PARA IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS E IDEIAS DE PROJETOS TÉCNICAMENTE VIÁVEIS, CAPAZES DE ACESSAR FINANCIAMENTO E ALINHADAS COM OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA;**
- FORNECER INFORMAÇÕES SOBRE OS **REQUISITOS PARA ESTRUTURAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA DE PROJETOS EM FASE DE PRÉ-INVESTIMENTO.**

PÚBLICO-ALVO

Este material é dedicado a **gestores e técnicos de governos locais**, além de **profissionais interessados em projetos financiáveis de ação climática**.

COMO UTILIZAR ESTE GUIA E A QUAIS PROJETOS DE AÇÃO CLIMÁTICA SE APLICA?

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Recursos de apoio e referências: ICLEI; Programa Cidades Sustentáveis, 2016: Guia de Ação Local pelo Clima. São Paulo, Brasil.

De modo geral, o financiamento climático refere-se à execução de projetos e ações que visam reduzir as causas ou os efeitos da crise climática:

- **MITIGAÇÃO:** AÇÕES PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE), CRIANDO ESTRATÉGIAS E IMPLEMENTANDO TRANSFORMAÇÕES NAS ATIVIDADES HUMANAS PARA EVITAR EMISSÕES E SEUS IMPACTOS NO TERRITÓRIO.
- **ADAPTAÇÃO:** AÇÕES PARA ADAPTAR O TERRITÓRIO AOS EFEITOS DA CRISE CLIMÁTICA E EXPLORAR EVENTUAIS OPORTUNIDADES BENÉFICAS, CRIANDO ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA À MUDANÇA DO CLIMA. AS AÇÕES DE ADAPTAÇÃO COMPLEMENTAM AS AÇÕES DE MITIGAÇÃO.

Os **projetos de mitigação**, por exemplo, estão associados a uma melhor oferta de transporte público em massa e uso de energia mais limpa, redução das emissões de GEE associadas à gestão de resíduos sólidos, melhor infraestrutura de saneamento básico, uso de energias renováveis e programas de eficiência energética, sistemas arquitetônicos eficientes, arborização, programas de educação em economia de recursos com incentivos financeiros, dentre outros.

Paralelamente, há também **esforços e projetos de adaptação**, que geralmente estão relacionados a conservação, melhoria e expansão de áreas naturais nas cidades e entornos, reaproveitamento e conservação dos recursos hídricos, implementação de soluções alternativas de energia, promoção de agricultura urbana e telhados verdes, proteção contra inundações e deslizamentos de terra, gestão do risco de desastres etc.



As metodologias e ferramentas apresentadas neste guia são aplicadas a projetos relacionados à **mitigação e à adaptação à crise climática**. As ações de mitigação não são mutuamente exclusivas com ações de adaptação, e um projeto pode gerar impactos em ambos os aspectos.

Os exemplos apresentados ao longo dos passos deste guia têm como base a experiência adquirida na elaboração de projetos financiáveis de ação climática no setor de **Energia**, mas a metodologia apresentada pode ser aplicada a diferentes setores e tamanhos de projeto, conforme exemplificado anteriormente.

COMO UTILIZAR ESTE GUIA?

Este documento apresenta uma sugestão de roteiro para aumentar a probabilidade de sucesso no desenvolvimento de projetos e obtenção de financiamento de curto prazo. São propostos 11 passos complementares entre si e que não precisam necessariamente ser realizados em sequência (Figura 2). É como um jogo de amarelinha com vários caminhos de saltos.

Qualquer usuário poderá seguir este roteiro a partir da etapa específica que melhor representar o seu planejamento, orçamento e contexto político, avançando para as demais etapas e completando todo o percurso.

Os capítulos seguintes apresentam algumas considerações necessárias para a aplicação deste guia. Por um lado, definem que tipo de projetos são objeto

deste passo a passo, definem requisitos mínimos para seu acompanhamento e apresentam as fases de elaboração de um projeto. Além disso, os capítulos seguintes discutem a importância da elaboração de projetos financiáveis e estabelecem as diretrizes que orientam os passos aqui apresentados, ou seja, quais os principais aspectos cobertos por este Guia. Na sequência, são apresentados de maneira detalhada os onze passos utilizados no projeto LEADS Lab para conduzir ideias de ação a um projeto desenvolvido e capaz de acessar financiamento. Ao final, são fornecidas recomendações e boas práticas para a continuidade, a implementação e o monitoramento dos projetos, bem como um glossário com os principais termos utilizados neste documento.



Figura 2. Estrutura do guia
Fonte: Elaboração Própria.

REQUISITOS MÍNIMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO

FASES DA ELABORAÇÃO DE PROJETO

O tempo de elaboração de um projeto climático depende de sua complexidade técnica, financeira e institucional. Para identificar a dimensão do esforço, serão apresentados ao longo do guia os **requisitos mínimos para estruturação técnica e financeira do projeto durante a fase de pré-investimento**, que é o foco deste guia.

Para a realização de um projeto é necessário passar pelas etapas de pré-investimento, investimento, operação e avaliação ex post. Na Figura 3 é apresentada uma representação esquemática dessas fases, com enfoque na etapa de pré-investimento. Esta etapa é constituída pelo desenvolvimento de todas as análises e estudos necessários para definir o projeto e identificar a melhor alternativa de solução, por meio da avaliação

técnica, legal, ambiental, econômica e social das diversas opções de investimento consideradas.

Ao avançar pelas etapas, as incertezas técnicas e financeiras se tornam menores, reduzidas à medida em que o desenvolvimento do projeto progride.

Portanto, **o status de progresso das ideias ou projetos de ação climática local deve ser identificado**, com base na Figura 3. Para projetos em fase de pré-investimento, os passos deste guia fornecerão orientações práticas para avançar, com sucesso, para a fase de investimento e **apoiar a implementação do projeto e dos requisitos necessários para possibilitar a medição, a verificação e o reporte dos impactos esperados**.

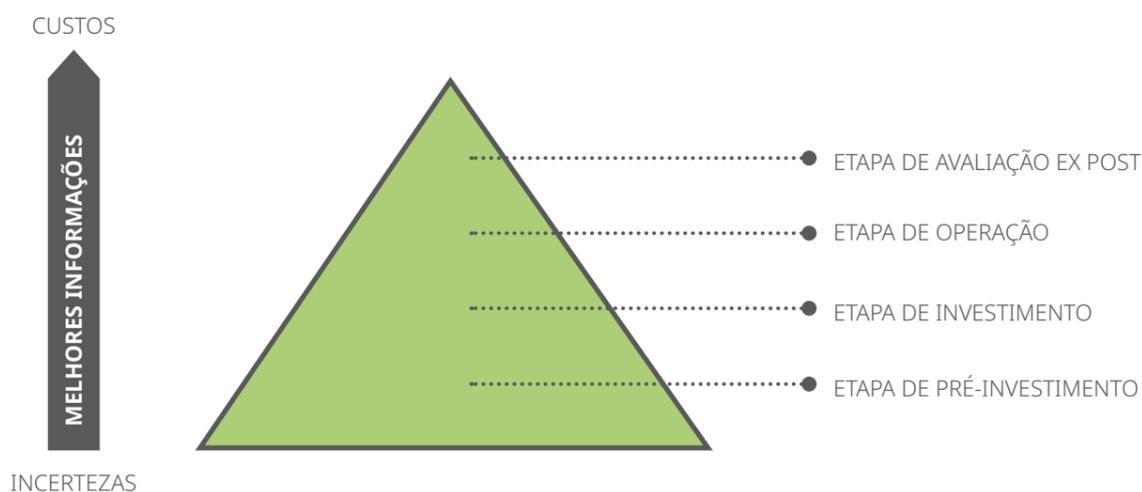


Figura 3. Incerteza e Custo durante as etapas de um projeto
Fonte: Adaptado de DNP, 2019.

INSTRUMENTOS DE ARTICULAÇÃO

IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DE PROJETOS

Os projetos de adaptação e mitigação ao clima são iniciativas que buscam reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa para evitar ou reduzir os impactos da mudança do clima, explorando possíveis oportunidades. Esses projetos se articulam com outras instâncias de planejamento estratégico governamental: os programas, as políticas públicas e os planos.

Programas são documentos que indicam um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública – conjunto de

ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas da sociedade. Essas ferramentas encontram-se em um universo maior: o plano, documento mais abrangente, que contém estudos, análises situacionais e diagnósticos necessários à identificação dos temas a serem abordados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, das estratégias e das metas de um governo ou órgão de governo. A Figura 4 ilustra uma representação dos instrumentos de articulação de projetos:



Figura 4. Representação de instrumentos de articulação de projetos.
Fonte: Elaboração própria.

Para isso, o financiamento dos projetos de ação climática e das próprias ações propostas neste roteiro são chave para a efetiva implementação desses esforços. Em linhas gerais, a etapa de financiamento é fundamental para **transformar políticas em realidade por meio de projetos**. De maneira complementar, a

construção de engajamento com diferentes atores do setor público, de energia e de financiamento climático possibilita a troca de experiências e lições aprendidas, construindo confiança e criando uma forte adesão da comunidade. Essa forte relação dos atores permite a continuidade dos projetos e políticas durante as transições de liderança.

DE ONDE PARTIR?

PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA O FINANCIAMENTO DE PROJETOS CLIMÁTICOS

O financiamento de um projeto de mitigação ou adaptação à mudança climática depende de três diretrizes principais que devem ser levadas em consideração:



1. Compreender a estrutura institucional: governança de projetos e diretrizes de políticas públicas para a gestão da crise climática.

- Institucionalidade para a gestão de projetos: a crise climática é um tema transversal para diferentes setores. Em nível nacional e local, existe um quadro de coordenação interinstitucional para a gestão da mudança do clima.
- Governança do projeto: reconhecer que existem múltiplos atores e a relação entre eles – entidades territoriais e nacionais, indústria, sindicatos, academia, bancos de desenvolvimento, bancos comerciais, agências de cooperação, investidores, entidades reguladoras, comunidade etc.



2. Alinhar o projeto com as prioridades, necessidades e objetivos nacionais, estaduais e municipais.

As ações propostas para financiamento devem responder às diretrizes das políticas públicas sobre alterações climáticas de ordem nacional, estadual e municipal. Assim, devem demonstrar que atendem a necessidades identificadas nestas distintas escalas de governo e que contribuem para os compromissos e metas nacionais e locais. Destaca-se a importância das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do país e de planos estratégicos ou de desenvolvimento local como documentos balizadores dos projetos propostos.

Na medida em que os projetos cumpram este alinhamento, será muito mais fácil ter o aval dos governos para sua implementação.



3. Garantir recursos financeiros para a viabilização do projeto.

O acesso aos recursos de cada fonte possui condições específicas, as quais devem ser mapeadas e analisadas segundo sua aderência ao projeto e às prioridades do governo local. É relevante observar que algumas instituições financeiras podem priorizar o financiamento de projetos que apresentem critérios específicos, tais como:

- Estimativas ex-ante de impactos (redução das emissões de GEE no caso de projetos de mitigação, redução da vulnerabilidade e população beneficiária no caso de projetos de adaptação);
- Definição de um mecanismo para monitorar os impactos do projeto (M&A no caso de projetos de adaptação e MRV no caso de projetos de mitigação);
- Demonstração de abordagens de gênero e diversidade;
- Análise de riscos ambientais, sociais, culturais, econômicos que podem afetar a implantação do projeto.

Os passos descritos neste material têm por objetivo concretizar essas diretrizes em orientações práticas que, ao serem seguidas, possibilitam a criação de projetos robustos e com maiores chances de acesso a financiamento. De maneira gradual, os onze passos levam uma ideia inicial de projeto a uma estrutura de pré-financiamento.

1

DESENVOLVER UM MAPA DA CADEIA CAUSAL

QUAL PODE SER O IMPACTO DA IDEIA DE INVESTIMENTO CLIMÁTICO?

Uma boa estruturação de projeto de ação climática requer uma compreensão clara dos objetivos das políticas públicas em assuntos sociais, econômicos e ambientais. Agendas como o Acordo de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Pacto de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM) são alguns dos principais acordos internacionais que servem de base aos governos nacionais para proporem seus roteiros e planos. Estes devem se converter em ações concretas e mensuráveis, em nível local.

A cadeia causal é responsável por ligar e alinhar o objetivo macro existente em políticas e planos de ação climática aos projetos a serem implementados.

Desse modo, um mapa da cadeia causal é recomendado como um bom primeiro passo na definição de um projeto viável, financiável e monitorável. Uma cadeia causal é um diagrama conceitual que ordena os eventos de forma a mostrar que estes ocorrem de maneira sequencial, um encadeado ao outro. A partir da identificação de um problema e da definição de ações para respondê-lo, esta ferramenta irá auxiliar na compreensão de como mudanças em comportamentos, práticas ou adoções tecnológicas estão conectadas por relações de causa e efeito aos impactos desejados pela ação proposta.

Da mesma forma, é possível identificar quais benefícios de outra natureza podem ser gerados com o projeto, assim como potenciais impactos negativos e riscos associados aos efeitos intermediários. Resumindo, a cadeia causal é responsável por ligar e alinhar o objetivo macro existente em políticas e planos

de ação climática aos projetos a serem implementados. A ferramenta da cadeia causal também põe à vista os efeitos intermediários dos projetos.

As principais perguntas a serem respondidas para o desenvolvimento de sua cadeia causal são:

- QUAIS SÃO OS POTENCIAIS EFEITOS CAUSADOS PELAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E/ OU ADAPTAÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA?
- QUAIS SÃO OS EFEITOS INTERMEDIÁRIOS E FINALÍSTICOS DO PROJETO?
- QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS PREVISÍVEIS DE TAIS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO?
- QUAIS SÃO OS OUTROS BENEFÍCIOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NÃO RELACIONADOS A EMISSÕES DE GEE?
- QUAIS SERÃO AS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO OU PRÁTICAS NO GRUPO-ALVO?
- QUEM SERÁ AFETADO PELO PROJETO?



Com os impactos intermediários e finais do projeto avaliados, poderão ser definidos os **objetivos de mitigação ou adaptação**. Também será possível identificar a estrutura de política pública na qual o seu projeto de financiamento climático pode ser enquadrado. Exemplos: Política de Mudança Climática, Linhas Prioritárias no NDC, Linhas Prioritárias nos Planos Abrangentes de Gestão de Mudanças Climáticas da região onde o projeto é executado, Plano de Desenvolvimento Nacional e/ou Planos de Desenvolvimento Local.

Da mesma forma, a construção da cadeia causal permitirá a **identificação inicial dos atores e grupos de atores que serão afetados pelo projeto**, bem como as condições de contorno para sua implementação.

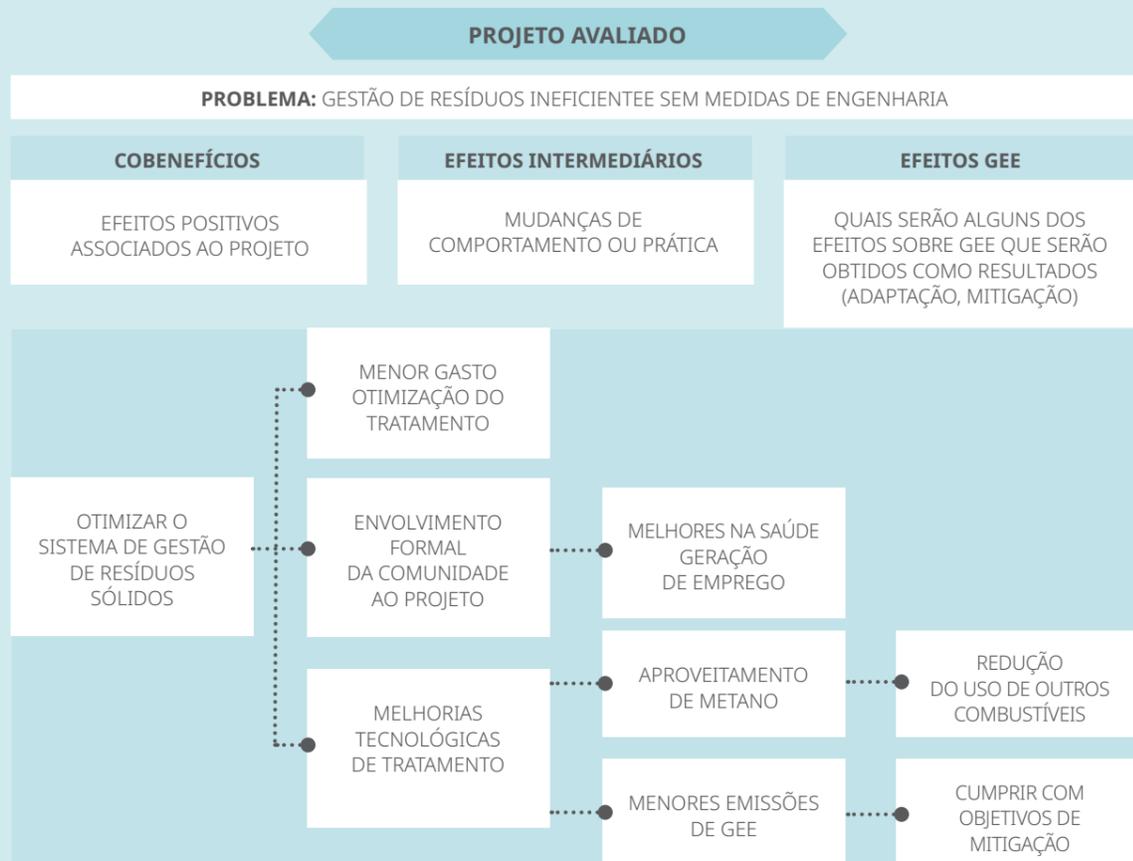


Figura 5. Exemplo de cadeia causal. Fonte: Elaboração Própria.

Ao final deste primeiro passo, será obtido um primeiro mapa dos impactos diretos e indiretos do projeto.

2/ ALINHAR INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

QUAIS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PLANOS ESTÃO RELACIONADOS E EMBASAM A AÇÃO CLIMÁTICA TRAZIDA PELO PROJETO?

Parte da eficácia da ação pública depende do alinhamento entre os diferentes instrumentos de planejamento: políticas, leis, regulamentações, programas, planos e projetos, explicados no início do guia. Nesse sentido, é de suma importância a identificação dos **principais instrumentos de planejamento** que formam o quadro regulatório no qual se insere o projeto, como recomendado também pela metodologia GCC em seu Subpasso 2.1 - Avalie o contexto governamental: *"Identificação das condições externas sociais, econômicas, sociais, políticas e ambientais que podem influenciar o processo LED"*.

Os países signatários do Acordo de Paris devem apresentar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) para fortalecer medidas de mitigação e adaptação climática. A ação dos governos locais é fundamental para que os países alcancem suas NDC.

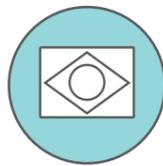
No âmbito municipal, governos estabelecem instrumentos como os **Planos Locais de Ação Climática**,

Planos de Metas, Planos Diretores e Planos de Sustentabilidade Ambiental, que estabelecem prioridades vinculadas ao desenvolvimento urbano e proteção ambiental, entre outros objetivos alinhados aos ODS. Além disso, há planos e regramentos específicos para os diferentes setores de ação climática, como energia, saneamento e mobilidade. Destaca-se que, para a busca de financiamento, o alinhamento do projeto com esses instrumentos endossa sua importância.

Abaixo são apresentados exemplos de políticas no Brasil e na Colômbia. Para a identificação de normativos locais de como seu município ou país incentivam a realização de projetos de ação climática, podem-se realizar pesquisas com palavras-chave na Imprensa Oficial (Diário Oficial da União, dos Estados e Municípios), nos portais on-line das Câmaras e Assembleias Legislativas, de Ministérios, Secretarias e Departamentos relativos ao projeto, bem como outros guias e materiais de referência.

O QUE É A METODOLOGIA GCC?

A metodologia do GCC é um processo de nove passos que oferece acesso a ferramentas, instrumentos, boas práticas e suporte para gestão de processos, apoiando as comunidades locais que estão na vanguarda, abordando os desafios e as oportunidades do crescimento urbano, explorando a sua economia e infraestrutura verdes e buscando uma trajetória de desenvolvimento de baixo carbono.



EXEMPLOS DE POLÍTICAS NO BRASIL

Instrumentos de Planejamento de Mudança Climática

Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, Lei 12.187 de 2009: define o compromisso nacional voluntário de redução das emissões projetadas até 2020.

Contribuição Nacionalmente Determinada - NDC: compromisso de reduzir, em 2025, as emissões de GEE em 37% e, em 2030, a indicação de reduzir em 43%, tendo o ano de 2005 como referência.

EXEMPLO DE MAPEAMENTO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO NO SETOR DE ENERGIA (DEVE SER ADEQUADO PARA CADA TIPO DE PROJETO FEITO):

Lei da Eficiência Energética (10.295/2.001): estabelece índices mínimos de eficiência energética para equipamentos comercializados no Brasil e em edificações, a ser realizada a partir de regulamentação específica.

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL): instituído em 1985, direciona recursos para aplicação em projetos que realizem investimentos em estudos, capacitação e programas de eficiência energética;

Programa Nacional de Racionalização de Uso de Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET): criado em 1991, seu principal objetivo é incentivar o uso racional de combustíveis em setores como residências, comércio, indústria, transportes e agropecuária;

Programa de Eficiência Energética (PEE/ANEEL): criado a partir da Lei 9.991/2.000 e conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o PEE estabelece destinação percentual da Receita Operacional Líquida (ROL) da atividade de distribuição de eletricidade no país, para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em eficiência energética.

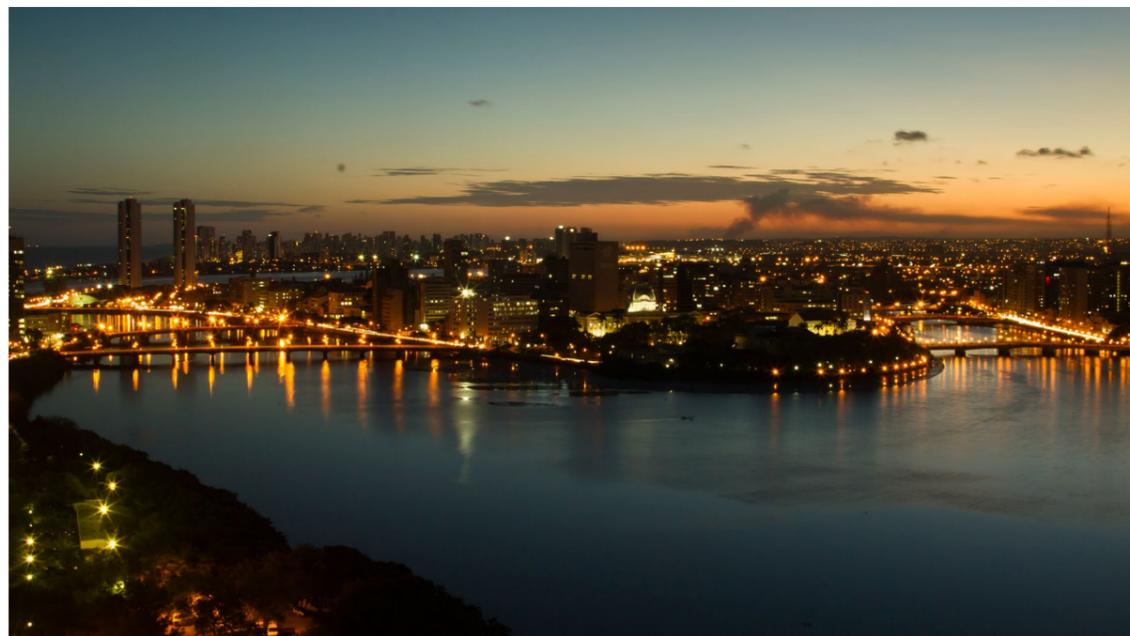
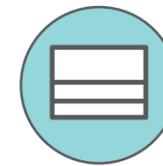


Foto tirada por Andrea Rego Barros



EXEMPLOS DE POLÍTICAS NA COLÔMBIA

Instrumentos de Planejamento de Mudança Climática

Política Nacional de Mudanças Climáticas: organiza a gestão das mudanças climáticas para influenciar as decisões públicas e privadas mais relevantes que definem o caminho de desenvolvimento do país, de modo a integrar as considerações de adaptação e mitigação de GEE nessas decisões.

Lei 1931 de 2018: estabelece as diretrizes para a gestão das mudanças climáticas nas decisões de pessoas públicas e privadas.

Estratégia da Colômbia para o Desenvolvimento de Baixo Carbono (ECDBC): busca dissociar o crescimento econômico nacional do crescimento das emissões de GEE, maximizando a eficiência do carbono da atividade econômica do país e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

EXEMPLO DE MAPEAMENTO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO NO SETOR DE ENERGIA (DEVE SER ADEQUADO PARA CADA TIPO DE PROJETO FEITO):

Lei 1715 de 2014: promove o desenvolvimento e o uso de Fontes de Energia Não Convencionais.

Decreto 348 de 2017: estabelece diretrizes de políticas públicas sobre gestão eficiente de energia e entrega de excedentes de autogeração em pequena escala.

Resolução CREG 030 de 2018: regulamenta os aspectos operacionais e comerciais para permitir a integração de atividades de autogeração de pequena escala e geração distribuída no Sistema Interligado Nacional.

Resolução UPME 196 de 2020: estabelece os requisitos e procedimentos pelos quais a UPME avaliará aplicações e emite certificados que permitam o acesso aos benefícios fiscais de desconto no imposto de renda, dedução de renda e exclusão do IVA para aqueles que desenvolvem projetos de gestão eficientes em termos energéticos.



EXEMPLOS DE INSTRUMENTOS LEGAIS MUNICIPAIS

Plano Diretor: principal instrumento de ordenamento territorial de um município, relacionando-se com diferentes instrumentos que regem elementos específicos do tecido urbano, apresentando o caminho para o qual os esforços de desenvolvimento urbano estão direcionados.

Código de Obras e Edificações: diretrizes que regem as construções individualmente. Apresenta normas técnicas para a execução de diversos tipos de construções, assim como define os procedimentos para aprovação de projetos e licenças para realização de obras.

Ao final do passo 2, você terá identificado as principais políticas, programas, planos e projetos locais, e mapeado como eles se relacionam entre si e com o seu projeto. Possivelmente, terá identificado necessidades de alteração regulatória e novos atores relacionados ao projeto.

PLANEJAMENTO / PRÉ-INVESTIMENTO

GOVERNANÇA

3 / MAPEAR ATORES INTERNOS E EXTERNOS

QUAIS ATORES ESTÃO RELACIONADOS AO PROJETO DE AÇÃO CLIMÁTICA? COMO PODEM CONTRIBUIR OU SE BENEFICIAR?

Para o projeto ser bem-sucedido, são necessárias a articulação e a participação de todas as partes interessadas, garantindo sucesso na implementação e continuidade das ações. As partes interessadas são todos aqueles que influenciam ou podem influenciar o projeto e seus beneficiários. A criação de um grupo de trabalho multisetorial para a ação climática é considerada uma boa prática de gestão pública local e é parte integrante da metodologia GCC em seu passo 1 - Comprometer e Mobilizar (ver Figura 1).

As partes interessadas são todos aqueles que influenciam ou podem influenciar o projeto e seus beneficiários

Todas as partes interessadas no projeto podem ser listadas na **Ferramenta de Identificação dos Atores Internos e Externos**, preenchendo os campos de ator, setor e possíveis responsabilidades. Nesse mapeamento, a inclusão e a diversidade de gênero são aspectos importantes a serem considerados.

Grupo de Trabalho Local

Recomenda-se a formação de uma equipe capaz de liderar os processos na elaboração de seu projeto, comumente chamada de Grupo de Trabalho (GT). O grupo é um time multidisciplinar e que reúne diversas secretarias, que gerencia a implementação do projeto (ou de vários projetos) do início até o fim, e que pode ser formalizado através da publicação de decretos que regulam a alocação de servidores públicos. É importante definir um responsável (ou departamento/secretaria responsável) para liderar o comitê. Assim, o grupo terá um ponto focal do processo, responsável por facilitar a integração entre as diferentes secretarias e departamentos e garantir a eficácia e a celeridade nos processos necessários para a elaboração do projeto.

Existem também atores externos que podem e devem compor a estrutura de governança de seu projeto. Em projetos de mitigação e adaptação climática, podem-se citar concessionárias de água e energia, instituições da sociedade civil, instituições financeiras, universidades e centros de ensino, empresas privadas, os próprios beneficiários e a comunidade local, dentre outros.

A comunicação e a integração entre os membros do Grupo de Trabalho é um fator muito relevante no sucesso do projeto, tanto com partes interessadas internas quanto externas do governo. Assim, é recomendado que se estabeleça uma frequência para suas reuniões e canais oficiais de comunicação. Uma comunicação clara e frequente permite uma contínua identificação de oportunidades de colaboração em projetos de interesse da prefeitura.



EXEMPLOS DE ATORES INTERNOS

Gabinete do Prefeito ou Governador: aprovar e apoiar formalmente o projeto, além de promovê-lo publicamente.

Coordenação geral do GT: garantir a integração e articulação entre as Secretarias, além da participação das demais partes interessadas.

Câmara Municipal: Propor e aprovar projetos dentro da agenda de trabalho do município.

Secretaria de Obras Públicas: planejar os aspectos operacionais da implementação do projeto.

Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística: fornecer informações disponíveis sobre as edificações participantes do projeto, além de facilitar o acesso aos dados necessários para os cálculos do projeto.

Secretaria do Meio Ambiente: promover atuação transversal, garantindo alinhamento do projeto às políticas ambientais, de sustentabilidade ou de mitigação e adaptação da mudança climática do município.

Secretaria Demandante: Secretaria de Saúde, se em hospitais, clínicas, UPAs etc.; Secretaria de Educação, se em escolas; ou outras secretarias: posição de liderança e autonomia, participando de todas as etapas do processo de elaboração e implementação do projeto.



EXEMPLOS DE ATORES EXTERNOS

Universidades e Centros de Ensino

Instituições da Sociedade Civil

Comunidade local

Bancos multilaterais ou de desenvolvimento, e fundos de desenvolvimento ou fundos de investimento sustentável, cujos objetivos incluem não só gerar retornos, mas também benefícios ambientais e/ou sociais. Exemplos: BID, AFD, BNDES (Brasil).

Bancos comerciais públicos ou privados, cuja finalidade está associada à geração de rentabilidade. Exemplos: CAIXA (Brasil), Banco do Brasil, Itaú (Brasil).

ESCOs (Empresa de Serviço de Energia), concessionárias e empresas privadas, com interesse e/ou disponibilidade de capital para investir e gerar rentabilidade. Exemplos: Green Yellow, CEMIG (Brasil), CELPE (Brasil), NewSun (Brasil).

Ao final deste passo, estarão listados todos os atores e partes interessadas que podem contribuir, se beneficiar ou serem afetados pelo projeto.

Recursos de apoio e referências:

Ferramenta de Identificação de Atores Internos e Externos

Elementos chave para incluir igualdade de gênero em políticas climáticas, PNUD (em espanhol)

PLANEJAMENTO / PRÉ-INVESTIMENTO

GOVERNANÇA

4 / DEFINIR ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO

QUAIS ATORES SÃO PRIORITÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO?

Após a identificação dos diferentes grupos de atores necessários ao sucesso do projeto, devem ser definidos quais deles possuem **prioridade para envolvimento e engajamento**.

Nesta etapa, é finalizado o preenchimento da *Ferramenta de Identificação dos Atores Internos e Externos*, classificando os atores identificados no passo 3 de acordo com o poder (P) e interesse (I) no projeto, em uma

escala de 1 – baixo, 2 – moderado, 3 – alto, e obtendo sua qualificação.

É importante destacar que essa avaliação é interna ao Grupo de Trabalho Local e deve ser feita periodicamente pelo GT, pois os projetos são muito dinâmicos e a participação de atores internos e externos pode se alterar no decorrer do cronograma. A Tabela 1 apresenta um exemplo de preenchimento da ferramenta.

ATOR	SETOR	RESPONSABILIDADES	PODER (P)	INTERESSE (I)	QUALIFICAÇÃO (P X I)	
Contato 1	Gabinete do Prefeito	Aprovação e apoio formal ao projeto.	3	3	9	Alto
Contato 2	Gestão, Casa Civil, Governo	Coordenação geral do Grupo de Trabalho. Integração e articulação entre Secretarias. Ponto focal de comunicação com a assistência técnica externa (caso haja). Garantia e manutenção do engajamento do Prefeito e de outras partes interessadas-chaves ao sucesso do projeto.	-	-	-	-
Contato 3	Secretaria de Serviços Públicos Secretaria de Obras Públicas	Informação sobre os impactos do projeto nos serviços públicos do município. Informação sobre potenciais desafios técnicos e legais. Planejamento de aspectos operacionais da implementação do projeto. Caso o projeto seja executado, no todo ou em parte, por equipe interna da Prefeitura, capacitar e disponibilizar profissionais para execução da obra.	-	-	-	-
Contato 4	Instituição financeira nacional	Disponibilização de recursos financeiros para a implementação do projeto.	1	3	3	Médio



ATOR	SETOR	RESPONSABILIDADES	PODER (P)	INTERESSE (I)	QUALIFICAÇÃO (P X I)	
Contato 5	Concessionária de energia	Instalação de medidores bidirecionais.	-	-	-	-
Contato 6	ESCO 1	Implementação do projeto.	1	3	3	Médio
Contato 7	ESCO 2	Implementação do projeto	1	3	3	Médio

Tabela 1. Exemplo de Formulário Preenchido
Fonte: Elaboração Própria.

Recursos de apoio e referências:

Ferramenta de Identificação de Atores Internos e Externos

Com a identificação e a priorização dos atores, estes podem ser alojados em diferentes categorias, às quais correspondem diferentes **estratégias de engajamento, dentro de um plano de comunicação do projeto**. Para atores com priorização alta, pode-se, por exemplo, integrá-los ao Grupo de Trabalho e estabelecer um alinhamento constante para acompanhamento do progresso do projeto. Para atores com classificação intermediária, podem ser estabelecidas reuniões periódicas para atualização do andamento do projeto, e para aqueles não envolvidos diretamente no projeto no momento da análise, é recomendável mantê-los no radar, para uma possível colaboração futura.

Recomenda-se também a realização de reuniões com cada um dos atores classificados como de alta prioridade para uma breve apresentação da iniciativa e convite à participação no GT.

Ao final deste passo, você terá definido uma estratégia de engajamento e um plano de comunicação para manter todas as partes interessadas atentas e alinhadas ao desenvolvimento do projeto

PLANEJAMENTO / PRÉ-INVESTIMENTO

GOVERNANÇA

5/ ESTABELEÇER COMPROMISSOS

COMO E QUANDO CADA ATOR IRÁ ATUAR E CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO?

O Grupo de Trabalho deve estabelecer e coordenar objetivos claros, de modo que todos os membros do grupo e as partes interessadas de alta prioridade tenham claras as respostas às seguintes questões:

- QUAL É O OBJETIVO PRINCIPAL DO PROJETO?
- QUAIS SÃO SUAS MOTIVAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, FINANCEIRAS, EDUCACIONAIS E/OU POLÍTICAS?
- QUAIS IMPACTOS SÃO PREVISTOS?

Um passo fundamental para garantir o engajamento ativo de cada um dos membros da estrutura de governança é entender quais são suas necessidades e expectativas. Por meio de reuniões, o projeto pode ser apresentado às partes interessadas, além de poder ser consensuado um plano de ação com **prazos e responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos**.



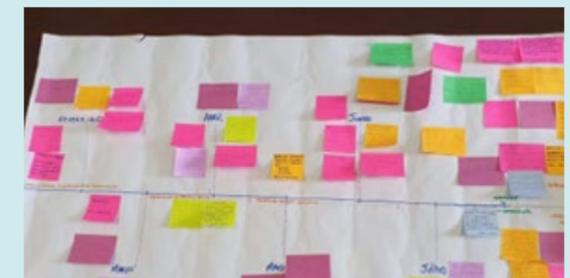
Para a realização da reunião inicial com o Grupo de Trabalho, sugere-se a seguinte pauta:

1. **Apresentação dos participantes**, com o objetivo de entender a área de atuação de cada um;
2. **Apresentação do escopo do projeto e plano de trabalho**;
3. **Cronograma das atividades e de implementação do projeto**;
4. **Dinâmica para identificação de potenciais contribuições dos atores**, com o objetivo de promover a reflexão de cada participante sobre como ele, assim como sua equipe e seu setor, podem contribuir no processo de desenvolvimento do projeto. Cada participante pode escrever suas sugestões de contribuições em uma linha do tempo, com o objetivo de identificar de forma clara em qual fase do projeto cada contribuição está se integrando. Dessa forma, é possível que ocorram alterações no plano de trabalho e cronograma iniciais.

Após esta dinâmica, podem ser registrados em um documento todos os compromissos que cada ator assumiu. Um exemplo de organização dos compromissos é apresentado na Tabela 2 a seguir.

ORGANIZAÇÃO (ATORES INTERNOS E EXTERNOS)	CONTRIBUIÇÃO	ETAPA DO PROJETO DE ACORDO COM CRONOGRAMA	PRAZO

Tabela 2. Modelo de tabela para preenchimento das contribuições. Fonte: Elaboração própria.



Figuras 6 e 7. Flavia Bellaguarda, Assessora de Mudança do Clima do ICLEI, apresentando a linha de tempo do LEDS Lab usada para a dinâmica "Como posso contribuir ao LEDS Lab?". Belo Horizonte, fevereiro de 2020.

Foto tirada por Vladimir Faria.

É muito importante que se discutam **metas, estratégias de acompanhamento, periodicidade das reuniões e momentos de discussão com o GT**, bem como os marcos importantes do projeto que necessitarão de aprovação do grupo e de outros atores. Essas definições são fundamentais para criar o senso de pertencimento e compromisso junto aos membros do Grupo. O ponto focal do GT encabeçará o processo e garantirá o compartilhamento de informação com os demais participantes.

Ao final do passo 5, você terá estabelecido compromissos com os atores relevantes ao projeto, por meio da confecção de um documento apresentando a potencial contribuição dos envolvidos.

PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO / INVESTIMENTO

TÉCNICO

6

RECONHECER O PONTO DE PARTIDA

QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES INICIAIS PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO?

É prioritário que sejam compreendidas as condições dos territórios onde a ação climática se concentrará. Esta etapa se refere a um levantamento da linha de base do projeto. Uma linha de base essencialmente apresenta o cenário atual: como é, como funciona e quem são os atores afetados. Isso permite a comparação e o acompanhamento da evolução do projeto ao longo do tempo e a verificação do cumprimento de objetivos. Sem essas informações iniciais, as avaliações subsequentes perdem peso e confiabilidade.

Algumas perguntas que podem ser realizadas: onde o projeto está localizado, qual é o estado do setor abordado, como se relaciona com a flora ou fauna local, quais comunidades serão afetadas e de que forma, quais são

os impactos positivos e negativos no meio ambiente (demanda de energia, uso de combustíveis fósseis, emissões de gases de efeito estufa, poluição, serviços prestados etc.). A análise deve incluir uma caracterização do problema e como a situação está afetando sua cidade e seus cidadãos; os desafios de infraestrutura; os impactos em termos de emissões ou poluição; as situações de vulnerabilidade ou empoderamento que são gerados para os diferentes grupos afetados.

A Figura 8 mostra um exemplo típico de planejamento de um diagnóstico de energia que pode ser facilmente adaptado a outras necessidades e setores. Definir prazos e recursos para essas atividades de diagnóstico é fundamental.

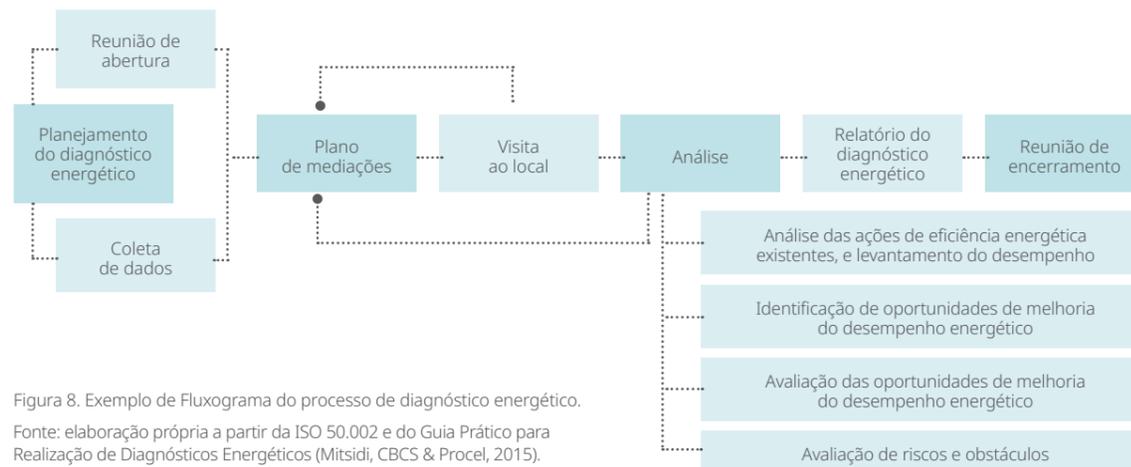


Figura 8. Exemplo de Fluxograma do processo de diagnóstico energético.

Fonte: elaboração própria a partir da ISO 50.002 e do Guia Prático para Realização de Diagnósticos Energéticos (Mitsidi, CBCS & Procel, 2015).

Enquanto este mapeamento da situação presente é desenvolvido, é possível gerar alternativas de solução e considerar os diferentes projetos que poderiam

satisfazer um ou mais dos desafios identificados no diagnóstico. Essas alternativas serão analisadas e pesadas na próxima etapa.

Por fim, haverá um diagnóstico claro e a compreensão das variáveis e fatores que interagem e estão relacionados à situação presente (linha de base).

PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO / INVESTIMENTO

TÉCNICO

7

AVALIAR ALTERNATIVAS E SELECIONAR A MAIS ADEQUADA

QUAL ALTERNATIVA MELHOR SE ADEQUA AO ESCOPO DO PROJETO? QUAIS SÃO OS DETALHES DA ALTERNATIVA SELECIONADA?

QUAL ALTERNATIVA MELHOR SE ADEQUA AO ESCOPO DO PROJETO? QUAIS SÃO OS DETALHES DA ALTERNATIVA SELECIONADA?

Nesta fase, deve-se levantar uma gama de opções de intervenção, com o fim de priorizar aquelas que melhor atendam às necessidades identificadas e que melhor atinjam os impactos pretendidos pela cadeia causal elaborada. Para isso, é fundamental:

- A IDENTIFICAÇÃO DE REQUISITOS TÉCNICOS PARA CADA SOLUÇÃO ALTERNATIVA.
- O MAPEAMENTO DOS RISCOS, SUAS NECESSIDADES DE GESTÃO E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO.
- O MAPEAMENTO DOS COBENEFÍCIOS DE CADA ALTERNATIVA. COBENEFÍCIOS SÃO CONSEQUÊNCIAS POSITIVAS ASSOCIADAS AOS DEMAIS COMPONENTES AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DO PROJETO.
- A DEFINIÇÃO DE HORIZONTES DE TEMPO E A LOCALIZAÇÃO DO PROJETO.
- UMA ANÁLISE ECONÔMICA PRELIMINAR QUE REVELA NECESSIDADES DE INVESTIMENTO DA ALTERNATIVA E POSSÍVEL MONETIZAÇÃO DE SEUS BENEFÍCIOS. UM ESFORÇO DEVE SER FEITO PARA ANALISAR O GANHO ECONÔMICO DOS IMPACTOS POSITIVOS NA SAÚDE, NA MITIGAÇÃO DE EMISSÕES E NA ECONOMIA DEVIDA A CUSTOS DE ENERGIA MAIS BAIXOS OU A EFICIÊNCIAS OPERACIONAIS.
- ANÁLISE DE CUSTO-EFICIÊNCIA (NÃO BENEFÍCIO) QUE PERMITE AVALIAR OS RESULTADOS NÃO MONETÁRIOS DO PROJETO E SEUS POTENCIAIS IMPACTOS.

Para facilitar a seleção de uma alternativa, é aconselhável que se desenvolvam **matrizes de comparação**. Não há uma única maneira para desenvolver essas comparações. O importante é que os critérios sejam consensuais e respondam às necessidades particulares do projeto e do contexto.

A Tabela 3 apresenta um exemplo de matriz de comparação utilizando um projeto de instalação de sistema fotovoltaico:

ASPECTOS PARA ANÁLISE	DESCRIÇÃO	ALTERNATIVA A	ALTERNATIVA B	ALTERNATIVA C
Descrição e condição da propriedade	Ano de construção, método de construção, materiais de cobertura, proprietário			
Replicabilidade	Quão representativo são os outros edifícios na cidade/região?			
Governança	De qual instituição depende a gestão da infraestrutura do edifício, incluindo a manutenção? Quem toma decisões sobre adaptações na planta física?			
Potencial de geração de energia fotovoltaica	Identificação do consumo de eletricidade, potencial de geração fotovoltaica			
Estado da cobertura, telhado ou área destinada a localizar os painéis fotovoltaicos	Tipo de materiais, integridade estrutural, características presentes			

Tabela 3. Exemplo de matriz de comparação para instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica
Fonte: Elaboração própria.

Uma vez selecionada a alternativa mais adequada, é necessário esclarecer seu cronograma de execução, detalhes sobre onde o projeto será desenvolvido, quais são os insumos necessários, custos e requisitos contratuais. Outros exemplos de insumos e atividades que devem ser dimensionados são: materiais, máquinas de manutenção e equipamentos, mão de obra qualificada e não qualificada, transporte de pessoas e mercadorias, outros serviços (comunicações, estudos específicos), aquisição de terras ou imóveis, outras despesas (administração, financeiro, tributária, etc.).

No final desta fase, uma estratégia de intervenção suficientemente detalhada deve estar disponível para tomar as decisões de gasto e investimento mais importantes para as fases subsequentes do projeto: investimento, operação e avaliação ex post.

8 / DEFINIR OS MECANISMOS DE GESTÃO

COMO SERÁ REALIZADA A GESTÃO DA IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO DO PROJETO?

Neste passo, devem ser definidos os mecanismos de gestão da implementação e operação do projeto, **detalhando as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura da organização que será responsável pelas atividades nas fases de investimento e operação**, bem como os instrumentos para aperfeiçoar os arranjos institucionais identificados nos passos anteriores.

Esta etapa é essencial para a viabilidade econômica e atratividade do projeto para potenciais financiadores

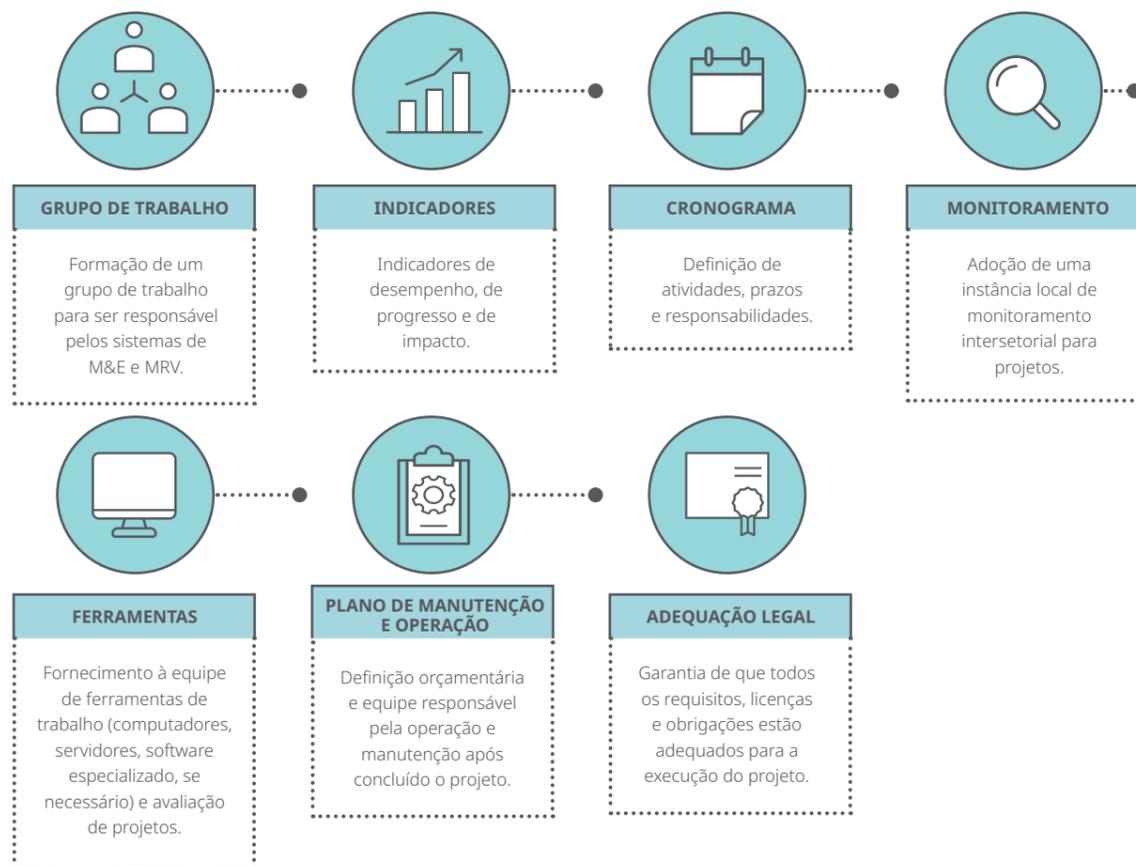
Ressalta-se que esta etapa é essencial para a viabilidade econômica e atratividade do projeto para potenciais financiadores: por meio da apresentação de um plano robusto de gestão, implantação e operação, parte dos riscos mapeados podem ser mitigados através desses mecanismos.

É importante mencionar que os papéis definidos nos passos 3, 4 e 5 para os integrantes do Grupo de Trabalho podem mudar quando o projeto passa da fase de pré-investimento para investimento e operação. Muitas vezes, os responsáveis diretos por acompanhar a implementação do projeto e garantir o início de sua operação podem ser equipes e colaboradores que atuam diretamente com a atividade-fim do projeto (por exemplo, educação, transporte, saúde, etc.).

Podem-se pontuar então os principais componentes e mecanismos de um sistema de gestão para a implementação e operação de seu projeto:

- EQUIPE E RESPONSABILIDADES DE CADA MEMBRO;
- DEFINIÇÃO DE INDICADORES DE PROGRESSO E DESEMPENHO DO PROJETO;
- CRONOGRAMA DETALHADO DA IMPLEMENTAÇÃO, COM DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E RESPONSÁVEIS;
- PLANO DE COMUNICAÇÃO ENTRE A EQUIPE DEDICADA AO PROJETO, BEM COMO AS FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADAS;

- PLANO DE COMUNICAÇÃO COM OUTRAS PARTES INTERESSADAS, DEFINIÇÃO DO FORMATO DE REPORTES E RELATÓRIOS DE PROGRESSO;
- PLANO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO APÓS INVESTIMENTO/INSTALAÇÃO DO PROJETO, COM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE AÇÕES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA;
- REVISÃO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS RELATIVAS A AUTORIZAÇÕES, AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE PRÉ-REQUISITO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO, BEM COMO DOS PADRÕES TÉCNICOS QUE SE APLICAM A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.



É importante avaliar esses mecanismos de gestão antes e depois da obtenção de financiamento. Antes, para dar credibilidade ao seu projeto e conseguir financiadores, e depois, tendo clareza sobre as fontes de financiamento, deve ser incluída uma gestão que atenda aos critérios estabelecidos nesses contratos.

Ao final deste passo, o projeto estará com uma estrutura de gestão da implementação, da operação e de recursos a serem apresentados aos possíveis financiadores, indicando um alto nível de preparo da equipe local e do projeto.

PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO / INVESTIMENTO

FINANCEIRO

9 / IDENTIFICAR AS PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

QUAIS ELEMENTOS DEVEM SER CONSIDERADOS E PRIORIZADOS PELO GOVERNO LOCAL PARA INICIAR A BUSCA PELO FINANCIAMENTO?

Garantir os recursos financeiros para implementação do projeto é uma etapa essencial para sua viabilização. Nesse sentido, nos Passos 9, 10 e 11, você irá conhecer os principais pontos a serem considerados na seleção da fonte de financiamento mais indicada ao seu contexto.

Devem ser analisadas as prioridades do governo local quanto ao acesso ao recurso. A identificação dessas prioridades será um balizador para a análise das potenciais fontes de financiamento mapeadas (Passo 10) e, por fim, para a indicação da fonte considerada mais apropriada (Passo 11).

Para facilitar a organização das informações, sugere-se que a análise quanto à relevância dos principais elementos a serem considerados na identificação das prioridades do governo local seja registrada na Tabela 4 a seguir:

PRINCIPAIS ELEMENTOS A SEREM ANALISADOS		RELEVANTE PARA O GOVERNO LOCAL NA ESCOLHA DA FONTE DE FINANCIAMENTO?	
ELEMENTO/COMPONENTE	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO
RESTRIÇÕES	Todas as situações e/ou condições associadas à prefeitura que inibem um relacionamento com um tipo de provedor de recursos ou com um provedor em particular, ou que impõem alguma forma específica de ação em algum caso. Alguns tipos de restrições são (i) contratuais: por exemplo, o município não pode contratar com certas condições de prazo, contrapartidas ou tipos de contrato; (ii) de aquisição: por exemplo, restrições nos valores; (iii) garantias: se pode oferecer garantias ou não, (iv) outras: qualquer outra restrição que impeça o município de obter o recurso financeiro, tais como orçamento, capacidade de endividamento e autorização e garantia de governo federal.	Sim	Não
CONDIÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS: Propriedades de ativos	Varia de contrato mútuo financeiro a contratos de leasing (arrendamento), nos quais o ativo é alugado por um tempo determinado e, somente após a finalização do contrato, a prefeitura pode optar por sua compra.		

PRINCIPAIS ELEMENTOS A SEREM ANALISADOS		RELEVANTE PARA O GOVERNO LOCAL NA ESCOLHA DA FONTE DE FINANCIAMENTO?	
ELEMENTO/COMPONENTE	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO
CONDIÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS: Prazo de Pagamento	Refere-se à preferência e à capacidade de ter obrigações de curto, médio ou longo prazo.		
CONDIÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS: Valor Pago	Valor associado a todos os custos/despesas a serem custeadas pelo município referentes ao financiamento. Esses valores impactam o orçamento da prefeitura e podem determinar a viabilidade ou não de determinado financiamento.		
CONDIÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS: Custo de Operação e Manutenção	Cada tipo de mecanismo de financiamento gera obrigações diferentes em torno da operação e manutenção da solução implementada. Em alguns casos, este item é assumido como parte da operação do governo local, com as implicações orçamentárias associadas, ou por um terceiro.		
CONDIÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS: Necessidade de investimento inicial ou de contrapartida	Este valor reflete a necessidade de a prefeitura ter recursos próprios, ou não, para poder desenvolver o projeto.		
CONDIÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS:* Custo Financeiro	Refere-se especificamente ao valor dos juros pagos e aplica-se exclusivamente a mecanismos que incluem alguma forma de empréstimo de recursos financeiros.		
BUROCRACIA	Conjunto de atividades e procedimentos necessários para acessar cada uma das fontes de recursos, tais como solicitar uma prestação de dívida para pedir um empréstimo. Alguns exemplos de questões burocráticas: licenças e procedimentos relacionados a áreas financeiras e/ou administrativas.		
EXTERNALIDADES	As externalidades podem ter qualquer impacto indireto, positivo ou negativo. Um exemplo a ser levado em conta é a facilidade ou dificuldade no processo de contratação.		

Tabela 4. Análise das prioridades do governo local quanto ao financiamento.
Fonte: Elaboração própria.

*** CONDIÇÕES DE ACESSO AOS RECURSOS**

É importante que o município avalie suas preferências quanto às condições de acesso aos recursos e considere os principais elementos que caracterizam as fontes de financiamento, além da relevância de cada um. Por exemplo: propriedade dos ativos, prazo de pagamento, custo financeiro e os demais apresentados na tabela.

Se o município não tem recursos para desenvolver esses projetos, então deve recorrer a entidades financeiras que oferecem linhas de crédito flexíveis, mas onde os pagamentos serão feitos a partir das economias feitas nas contas de energia, e onde a infraestrutura construída pode servir como garantia para o financiador.

Recursos de apoio e referências

Análise das prioridades do governo local quanto ao financiamento

Ao final deste passo terão sido identificadas as prioridades do governo local que irão nortear a decisão da escolha da fonte de financiamento mais apropriada para o projeto.

PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO / INVESTIMENTO

FINANCEIRO

10/

COLETAR DADOS E MAPEAR POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

QUAIS AS POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O PROJETO?

Neste passo serão mapeadas as potenciais fontes de financiamento para o projeto e será realizada uma coleta de dados sobre elas. Para tanto, sugere-se que sejam consultadas as informações oficiais disponibilizadas no site das instituições, bem como eventuais publicações disponibilizadas por estas. Utilizar redes de networking para a obtenção de informações adicionais também pode ser uma boa estratégia. Além disso, quando possível, recomenda-se que sejam realizadas entrevistas com representantes das instituições, a fim de aprofundar em alguma informação desejada e solucionar eventuais dúvidas.

Leituras sobre financiamento climático podem ajudar no processo e também na coleta de informações e, nesse sentido, são disponibilizadas algumas bibliografias nos Recursos de apoio e referências deste Guia. São disponibilizados, ainda, exemplos de coleta de dados realizada para os projetos de financiamento climático do LEDS Lab na Colômbia e no Brasil, em 2020 (essas informações podem variar de acordo com o contexto e com o tempo). A Figura 9 apresenta potenciais fontes de financiamento relacionadas ao governo local, no caso específico de um projeto do setor energético:



Figura 9. Potenciais fontes de financiamento.
Fonte: Elaboração própria.

Recursos de apoio e referências

Ferramenta para consolidação das informações mapeadas sobre as fontes de financiamento

Exemplo de coleta de dados nos projetos do LEDSLab no Brasil

Referências sobre financiamento climático

Recomenda-se estruturar uma matriz ou tabela que permita a organização dos dados obtidos ao longo deste passo que facilite a comparação entre as diferentes opções.

Apresenta-se abaixo, na Tabela 5, o modelo de planilha para consolidação das informações mapeadas, com indicativo dos principais elementos a serem considerados no processo. Apresenta-se, ainda, espaço para análise quanto à aplicabilidade da fonte de financiamento para o projeto em questão, para sua replicação (quando for o caso) e para a indicação da fonte mais aderente, após a seleção indicada no Passo 11.

		COLETA DE INFORMAÇÕES (PASSO 10)					APLICABILIDADE DA FONTE DE FINANCIAMENTO E SELEÇÃO DA FONTE MAIS ADERENTE (PASSO 11)				
Exemplos de categorias	Exemplos de Instituições	Exigências de garantia	Natureza do financiamento	Procedimento	Prazo	Tamanho do Projeto	Projeto de ação climática	Justificativa	É a melhor opção?	Replicação do Projeto	Justificativa
Bancos Multilaterais	"BID CAF AFD NDB BEI"						Menos apropriada		Sim	Mais apropriada	
Bancos Comerciais Públicos	CEF, BB										
Bancos Comerciais Privados	Itaú, Santander, Bradesco etc.										
Bancos de Desenvolvimento	BNDES, FENOGEX, etc.										
Fundos de Investimento Privado	MGM										
ESCOs	MGM, Green Yellow										
Fundos do município											
Outros											

Tabela 5. Modelo de planilha para as informações mapeadas.
Fonte: Elaboração própria.

Ao final deste passo, terão sido mapeadas as principais fontes de financiamento para o seu projeto e as informações mais relevantes sobre cada uma.

PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO / INVESTIMENTO

FINANCEIRO

11 / SELECIONAR A FONTE DE FINANCIAMENTO

QUAL FONTE DE FINANCIAMENTO É MAIS APROPRIADA PARA GARANTIR OS RECURSOS FINANCEIROS PARA O PROJETO?

Nesta etapa é importante definir, primeiramente, quais critérios de seleção serão utilizados para escolher a fonte mais adequada e que mais atenda às necessidades do governo local para o projeto. É fundamental, neste processo de tomada de decisão, que seja feita uma análise conjunta dos resultados obtidos nos Passos 09 e 10 deste guia.

Para este passo, apresentam-se duas metodologias de seleção da fonte de financiamento, que podem ser utilizadas segundo o contexto e as informações disponíveis.



I. METODOLOGIA APLICANDO CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Devem ser considerados critérios de seleção, como os exemplos abaixo, e identificados os mais relevantes para o governo local e para o projeto em questão:

- ELEGIBILIDADE DO MUNICÍPIO AO RECURSO:** SE O MUNICÍPIO ATENDE AOS CRITÉRIOS DA FONTE DE FINANCIAMENTO PARA ACESSO AO RECURSO;
- ELEGIBILIDADE DO PROJETO AO FINANCIAMENTO:** SE O MUNICÍPIO ATENDE AOS CRITÉRIOS DA FONTE DE FINANCIAMENTO EM TERMOS DE VIABILIDADE DO PROJETO DEVIDO AO SEU TAMANHO;
- FACILIDADE DO PROCEDIMENTO DE CAPTAÇÃO DO RECURSO;** POR EXEMPLO, BUROCRACIA, NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO E DE GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL, FINANCIAMENTO ÚNICO OU MÚLTIPLO;
- PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO;**
- NECESSIDADE DE CONTRAPARTIDA;**
- RELACIONAMENTO DA PREFEITURA COM OS FINANCIADORES (CONTRATOS ATUAIS, CONFIANÇA ETC.);**
- CRONOGRAMA DO FINANCIAMENTO;**
- POSSIBILIDADE DE ACESSO A RECURSOS PARA REPLICAÇÃO DO PROJETO.**



II. METODOLOGIA COM PROCESSO DE AVALIAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

É realizada uma análise qualitativa das necessidades da prefeitura quanto ao financiamento: restrições, questões burocráticas e externalidades (Passo 09) e uma análise quantitativa quanto às condições de acesso aos recursos (mapeadas no Passo 10), conforme explicado abaixo:

Avaliação das condições de acesso aos recursos: esta dimensão permite avaliar as preferências que o governo local tem sobre os principais elementos que caracterizam as fontes de financiamento e a relevância de cada um, seguindo as etapas:

- ORDENAR DO FATOR MAIS IMPORTANTE PARA O MENOS IMPORTANTE 1,2 ... N;
- AVALIAR CADA FATOR EM UMA ESCALA DE 1 A 5, ONDE 5 É "TOTALMENTE RELEVANTE", 3 É "INDIFERENTE" E 1 É "NÃO RELEVANTE", CONFORME TABELA ABAIXO.
- SOMAR EM CADA COLUNA O VALOR ATRIBUÍDO NA PRIORIZAÇÃO COM O VALOR ATRIBUÍDO NA AVALIAÇÃO.
- FINALMENTE, ORGANIZAR AS CONDIÇÕES DE ACESSO DO VALOR MAIS ALTO PARA O MAIS BAIXO.

A Tabela 6 apresenta a ferramenta para avaliação das condições de acesso a recursos:

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSO A RECURSOS						
COMPONENTES	PROPRIEDADE DOS ATIVOS	PRAZO DE PAGAMENTO	VALOR PAGO (FLUXO DE CAIXA)	NECESSIDADE DE INVESTIMENTO INICIAL OU DE CONTRAPARTIDA	CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	CUSTO FINANCEIRO
Prioridade						
Valoração (1-5)						
Total=(P+V)						

Tabela 6. Avaliação das condições de acesso a recursos.
Fonte: Elaboração própria.

Depois de definir os critérios de seleção e identificar os mais relevantes (Metodologia A), ou depois de obter os componentes do financiamento com pontuação mais elevada (Metodologia B), estes serão cruzados com as informações coletadas no Passo 10, acerca das condições de acesso aos recursos de diferentes fontes mapeadas. Assim, serão obtidos subsídios para ponderar quais instituições financeiras melhor atendem às necessidades do governo local. Após essa análise, poderão ser consolidadas as informações quanto à aplicabilidade das potenciais fontes mapeadas e quanto à seleção da melhor opção. Tudo isso poderá, inclusive, ser registrado na planilha apresentada no Passo 10.

No final deste passo, será possível selecionar a melhor fonte de financiamento para iniciar o processo de abordagem.

BOAS PRÁTICAS PARA MONITORAR OS IMPACTOS DO PROJETO

COMO MEDIR O DESEMPENHO DO PROJETO?

Os impactos de um projeto de ação climática devem ser medidos e divulgados. Em primeiro lugar, porque é uma forma de mostrar a contribuição do projeto para as metas locais (planos de desenvolvimento) e nacionais (NDC) na redução das emissões de GEE e no aumento da adaptação à mudança do clima. Também possibilita uma melhoria progressiva da ação climática, aperfeiçoando marcos políticos, regulatórios e acompanhando os avanços conquistados (Peñuela & Pulido, 2018). Além disso, o monitoramento de impactos é um requisito para o acesso a recursos internacionais e de bancos de desenvolvimento para financiar esse tipo de projeto.

Em projetos de mitigação, a prática de monitoramento do impacto dos projetos deve ser orientada para a definição do esquema de monitoramento, reporte e verificação (MRV). Em projetos de adaptação, a prática deve ser orientada para o estabelecimento de um esquema de monitoramento e avaliação (M&A). Ambos os esquemas incluem a medição dos aspectos técnicos do projeto por meio de indicadores estimados em certos períodos de análise e o relato desses progressos/resultados por meio de relatórios específicos.

Para o caso específico de projetos de mitigação climática, o esquema MRV deve representar:

M - O QUE É MEDIDO

Monitorar seu projeto não implica apenas medir o impacto final. Também leva em consideração a medição do desempenho das atividades vinculadas à implementação da iniciativa, conforme mostrado nos exemplos da Tabela 7:

TIPO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS DE INDICADORES
GESTÃO	Indicador em que é medido o desempenho das atividades, tarefas, processos e procedimentos relacionados com a implementação do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> Progresso na implementação das atividades [%] Execução financeira [\$/ano]
RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS	Indicador no qual é medido o progresso na implementação das atividades e marcos intermediários que permitem o cumprimento dos objetivos finais.	<ul style="list-style-type: none"> Capacitações em Boas Práticas Operacionais [número] Instalação de equipamentos eficientes [quantidade, %] Consumo elétrico em um período definido [kWh/ano]

TIPO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS DE INDICADORES
Impacto GEE	Indicador que descreve o impacto na redução de emissões, em toneladas de CO ₂ eq	Redução anual de emissões por ações de eficiência energética [tCO ₂ e]
Impacto não GEE	Indicadores que fornecem informações sobre os benefícios econômicos, sociais e ambientais associados aos resultados diretos	Renda disponível derivada da economia de energia [\$/mês]

Tabela 7. Exemplos de indicadores a serem monitorados.

Fonte: Elaboração própria baseada em JICA (2017).

R - O QUE É RELATADO

Resultados e metodologias na quantificação das emissões de GEE e cobenefícios do projeto, bem como o progresso nas atividades de habilitação (por exemplo, acordos institucionais). Sugere-se a relatoria de emissões de GEE e dos esforços empreendidos para mitigação e adaptação à mudança do clima no Sistema Unificado de Reporte CDP-ICLEI, uma vez que essa tarefa viabiliza uma forma de centralizar os dados e monitorar o progresso. A plataforma fornece às cidades todos os dados disponíveis publicamente, avalia as emissões e compara o desempenho com outras cidades.

V - O QUE SE VERIFICA

Todas as informações quantitativas e qualitativas reportadas para a medida de mitigação. As metodologias são validadas e os resultados são verificados. Este processo, dependendo das características do projeto, pode ser realizado por uma primeira parte (dono da iniciativa) ou por um terceiro (ator externo à iniciativa). Em qualquer caso, devem-se seguir as diretrizes nacionais e os critérios de transparência, completude, comparabilidade e precisão.

É importante que o monitoramento do impacto do projeto descrito aqui seja consistente com o mecanismo de gestão estipulado no Passo 8, especificamente em relação aos indicadores e instâncias de monitoramento do projeto. Uma boa prática é realizar, ao final do projeto, uma documentação das lições aprendidas com todo o processo de elaboração e implementação do projeto, apresentando os acertos e erros realizados.

BOAS PRÁTICAS PARA COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS E ESCALAR INICIATIVAS

COM QUEM SE PODE APRENDER? COM QUEM COMPARTILHAR OS APRENDIZADOS?

Maximizar o impacto climático das ações locais requer replicar experiências bem-sucedidas e inspirar outros governos locais a agir. Para isso, a participação em redes de conhecimento e comunidades de práticas é fundamental, à medida que permite:

- PROMOVER A APRENDIZAGEM E A COLABORAÇÃO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO E NO IMPACTO DA AÇÃO CLIMÁTICA E
- APRIMORAR E DISSEMINAR CONHECIMENTOS ADAPTÁVEIS A DIFERENTES CONTEXTOS.

Na América Latina, existem diversas redes e iniciativas que trabalham ativamente na agenda climática em diferentes abordagens (adaptação, desenvolvimento de baixo carbono, financiamento climático, lobby, comunicações), como é o caso da rede global de cidades ICLEI, que reúne governos locais e regionais em mais de 100 países. Esta rede possui uma metodologia de cooperação cidade-cidade, com uma estrutura de acompanhamento por outros governos locais dos projetos implementados por região ou por cidades que enfrentam desafios similares.

Destaca-se que a aproximação entre cidades e o compartilhamento de experiência e conhecimento não precisa aguardar a comprovação do sucesso e finalização do projeto. Dessa forma, é incentivado o aprendizado pela vivência e observação ativa.

No que tange ao escalonamento da iniciativa, alguns passos associados a projetos a nível local podem incluir (segundo Cooley & Linn, 2014):



1. Mapeamento e análise dos atores-chave para o escalonamento:

Quais atores influenciam o escalonamento do projeto e como eles se relacionam entre si?

- Implementação de pares:** organizam a implementação dos projetos, sustentando a iniciativa.
- Conexões:** responsáveis por articular os diferentes atores e facilitar o processo.
- Alianças:** são as redes que reúnem atores e facilitam o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre seus integrantes.



2. Identificação da adoção de práticas semelhantes em outros cenários:

Quais condições estão favorecendo ou dificultando a adoção do projeto piloto em outro cenário?



3. Identificação de territórios com condições climáticas e socioeconômicas análogas:

Quais territórios ou cenários têm condições climáticas e socioeconômicas semelhantes às de onde o piloto foi adotado?



4. Validação de uma proposta de replicação-escalonamento:

Dentro do novo cenário, quais são as condições, oportunidades e limitações para executar o escalonamento?

Embora os pontos anteriores deem uma orientação ao processo de replicação de projetos, é imprescindível compreender outros quatro fatores que viabilizam e aumentam o potencial de escalabilidade da ação climática em nível local: conhecimento técnico, capacidade de gestão e vontade política, recursos para financiar e capacitar os cidadãos.

- 1. CONHECIMENTO TÉCNICO: PARA A IDENTIFICAÇÃO DE PRIORIDADES, ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E SEU ACOMPANHAMENTO.
- 2. CAPACIDADE DE GESTÃO E VONTADE POLÍTICA: VONTADE POLÍTICA REPRESENTADA NA PRIORIZAÇÃO DA AÇÃO CLIMÁTICA NA AGENDA PÚBLICA LOCAL E SEUS INSTRUMENTOS VINCULANTES (POR EXEMPLO, PLANOS DE DESENVOLVIMENTO). AO MESMO TEMPO, O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES É MUITO IMPORTANTE PARA MELHORAR A CAPACIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS.
- 3. RECURSOS PARA FINANCIAMENTO: OS RECURSOS DEVEM SER ALOCADOS PARA AÇÕES CLIMÁTICAS NOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E DAS EMPRESAS. A INCLUSÃO DE CRITÉRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DEVE SER GARANTIDA EM SETORES QUE COBREM A MAIOR PARTE DOS ORÇAMENTOS LOCAIS (POR EXEMPLO, MOBILIDADE, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, SAÚDE).
- 4. EMPODERAMENTO DO CIDADÃO: A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE VAI MUITO ALÉM DE SER INFORMADA (ESTE É APENAS O PRIMEIRO PASSO). OS CIDADÃOS DEVEM ESTAR ENVOLVIDOS NA IDENTIFICAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS E NO MONITORAMENTO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO.

GLOSSÁRIO

Alavancagem - termo usado no contexto do financiamento do clima, no qual se refere às finanças públicas (por exemplo, de instituições financeiras internacionais) que são usados para encorajar investidores privados a apoiar o mesmo projeto. Isso pode ser na forma de empréstimos, garantias de risco e seguros ou capital privado, visando reduzir o risco percebido para o setor privado.

Análise de Custo-Benefício - ferramenta de tomada de decisão que permite uma comparação de opções com base no nível de benefício derivado e o custo para atingir o benefício de diferentes alternativas.

Assistência Técnica - assistência não financeira fornecida por especialistas locais ou internacionais, podendo assumir a forma de compartilhamento de informações e experiência, instrução, treinamento de habilidades, transmissão de conhecimento prático e serviços de consultoria e também pode envolver a transferência de dados técnicos.

Associação Público-Privada - termo geral para uma relação contratual entre o setor público e empresas privadas para financiar, projetar, construir e operar instalações como estradas, hospitais e escolas, a fim de usar políticas públicas e regulamentos para alavancar o financiamento do setor privado. Essa forma de financiamento é cada vez mais usada como meio de financiamento de infraestrutura relacionada ao clima.

Ativo - algo que alguém possui, como propriedade, estruturas, dinheiro ou investimentos como ações ou títulos.

Auditoria - ferramenta de gestão para avaliar o desempenho fiscal de uma comunidade, examinando os sistemas financeiros, procedimentos e dados de uma comunidade por um contador público certificado (auditor independente), e um relatório sobre a imparcialidade das demonstrações financeiras e sobre a conformidade local com estatutos e regulamentos.

Bancabilidade - Fato de um projeto ou proposta financiável possuir garantias suficientes, fluxo de caixa futuro e alta probabilidade de sucesso, para ser aceitável para credores institucionais para financiamento.

Bancos Multilaterais de desenvolvimento - são instituições financeiras formadas por um grupo de países e que tem como foco o financiamento de projetos de desenvolvimento em países em desenvolvimento (exemplos: Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento). Sua lógica de funcionamento consiste no direcionamento de recursos, com custos competitivos, para o financiamento de projetos públicos e privados nos países mutuários, em geral com baixo retorno financeiro, mas com importantes retornos econômico e social. Compartilham uma missão comum de promover o progresso socioeconômico nos países em desenvolvimento, financiando projetos, apoiando investimentos e gerando recursos financeiros.

Cofinanciamento - prática em que várias entidades financiam o mesmo projeto. O cofinanciamento pode ser fornecido pelo desenvolvedor do projeto ou por entidades externas. Um plano de cofinanciamento forte demonstra que há um amplo interesse no projeto por uma diversidade de atores relevantes, portanto é uma característica importante da concepção de um projeto.

Colateral - propriedade que garante que o reembolso do empréstimo será realizado.

Condicionalidade - O termo refere-se às condições que as entidades beneficiárias devem cumprir para receber o apoio financeiro dos fundos, que pode incluir a destinação de recursos a determinados setores, cofinanciamento, projeto de aquisição, atendimento a determinados critérios no âmbito socioambiental etc.

Contribuições Determinadas Nacionalmente (NDC) - o Acordo de Paris exige que cada Parte prepare, comunique e mantenha contribuições sucessivas determinadas nacionalmente que pretende alcançar. As Partes devem buscar medidas de mitigação nacionais, com o objetivo de alcançar os objetivos de tais contribuições.

Críticos Climáticos - parâmetros de mitigação e adaptação à mudança climática utilizados em projetos.

Eficiência / Eficácia dos Fundos - refere-se à medição de quanto produto pode ser produzido com uma determinada quantidade de insumo e mostra a eficácia do sucesso dos recursos utilizados na concretização dos objetivos traçados.

Entidade de Implementação (EI) - responsável por examinar e endossar propostas de projetos e programas, e por desembolsar financiamentos de fundos quando as propostas são bem-sucedidas. O termo EI pode variar dependendo do fundo, por exemplo, no Fundo de Adaptação credencia EIs nacionais, regionais ou multilaterais, o EI trabalha com uma Entidade Executora, a cargo da gestão cotidiana e intervenções no terreno; já para o GEF, o equivalente do EI é denominado “Agência Implementadora” podendo ser nacional (por exemplo, Banco de Desenvolvimento da África do Sul), regional (por exemplo, Banco de Desenvolvimento da África Ocidental) ou multilateral (por exemplo, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Environmental and Social Safeguards - medidas tomadas para prevenir e mitigar possíveis danos indevidos às pessoas e ao meio ambiente, obrigatórios para qualquer programa ou projeto.

Estrutura Baseada em Resultados - conjunto de indicadores, metas e informações de linha de base que formam a base para a avaliação de um projeto. O desenho dessa estrutura é uma fase crucial da formulação do projeto, uma vez que ela irá dirigir diretamente a execução do projeto.

Estudo de Viabilidade/Pré-Viabilidade - acompanhamento da proposta de financiamento, mostrando os detalhes técnicos das intervenções do projeto e comprovando que estas podem ser implementadas do ponto de vista técnico. Os níveis exigidos de detalhamento podem variar dependendo do financiador, da natureza e do tamanho do projeto. Enquanto o objetivo do estudo de viabilidade é mostrar como e por que as intervenções selecionadas serão implementadas, o estudo de pré-viabilidade indica por que tais intervenções foram escolhidas em vez de outras opções.

Finanças Climáticas - refere-se ao “financiamento do clima” como sendo recursos financeiros dedicados à adaptação e à mitigação de mudança climática global, visando reduzir as emissões de gases do efeito estufa, reduzindo a vulnerabilidade e mantendo e aumentando a resiliência dos sistemas humanos e ecológicos aos impactos negativos da mudança climática.

Fundo de Desenvolvimento Municipal - governos locais e/ou regionais podem criar seu próprio fundo de desenvolvimento dedicado ao desenvolvimento urbano. Os fundos têm como objetivo levantar recursos para investimento público.

Fundo Rotativo - fundo criado para fins específicos com o conceito de que os reembolsos ao fundo podem ser usados novamente para essas finalidades. Uma vez implementado, o modelo de fundo rotativo pode ser autossustentável.

Gases de Efeito Estufa (GEE) - gases que absorvem parte da radiação infravermelha, emitida principalmente pela superfície terrestre e que dificultam seu escape para o espaço.

Gestão do Projeto - método utilizado para liderar uma equipe a fim de atingir as metas e critérios de sucesso, buscando alcançar todas as metas estabelecidas do projeto dentro das restrições fornecidas.

Gestão da Implementação do Projeto - metodologia de gestão utilizada para liderar exclusivamente a etapa de implementação do projeto.

Instituições Financeiras de Desenvolvimento - bancos de desenvolvimento especializados ou subsidiários criados para apoiar projetos e programas de desenvolvimento em países em desenvolvimento; geralmente são de propriedade majoritária de governos nacionais e obtêm seu capital de fundos de desenvolvimento nacionais ou internacionais, ou se beneficiam de garantias governamentais, garantindo sua qualidade de crédito, o que lhes permite levantar grandes quantias de dinheiro nos mercados de capitais internacionais e fornecer financiamento em termos muito competitivos.

Matriz de Resultados - ferramenta que possibilita a visualização de dados de indicadores. É possível ver a área, a perspectiva, a unidade de medida, os valores realizados e previstos dentro de um período, e ainda podem-se anexar arquivos que contenham informações detalhadas ou relevantes a cada período.

Mergers and Acquisitions (M&A) - fusão de ativos ou empresas através de vários tipos de transações financeiras, como fusões, consolidações, aquisições, ofertas públicas, entre outros.

Mitigação de Riscos - ferramentas úteis para aumentar a viabilidade financeira de projetos de infraestrutura, já que os mecanismos de mitigação de risco mais usados: garantias (por exemplo, garantias de risco e garantias de crédito) e risco seguro (por exemplo, seguro de risco político) podem cobrir a falha do setor público em cumprir obrigações específicas dentro de um projeto.

Mudança do Clima - variação do clima na Terra ao longo do tempo, causada por motivos naturais e pela ação humana, e que traz impactos à biodiversidade, aos recursos naturais e à sobrevivência do Homem no planeta.

Mudança Transformativa - visa provocar uma mudança holística considerando a inclusão. Oposto de projetos “business-as-usual”, que podem contribuir para abordar um problema, mas não mudar fundamentalmente a forma como o assunto é tratado e será abordado no futuro.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 17 objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) que abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.

On-lending - entidade credenciada sob padrões fiduciários especializados pode receber dinheiro de um fundo com a intenção de emprestá-lo a outras entidades executoras para a implementação dos programas e/ou projetos selecionados, podendo incluir o fornecimento de capital ou garantias para outras entidades.

Parceria Público-Privada (PPP) - termo geral para uma relação contratual entre o setor público e empresas privadas para financiar, projetar, construir e operar instalações como estradas, hospitais e escolas, com o objetivo de utilizar políticas públicas e regulamentações para alavancar o financiamento do setor privado. Essa forma de financiamento está sendo cada vez mais utilizada como um meio de financiar infraestruturas relacionadas com o clima.

Plano - documento abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade.

Plano de Ação Climática - estrutura estratégica detalhada para medir, planejar e reduzir a emissão e os impactos climáticos dos gases de efeito estufa. São elaborados pelos governos locais e utilizados como roteiros personalizados para tomadas de decisões informadas e compreensão de onde e como alcançar as maiores e mais econômicas reduções de emissões que estejam alinhadas com outras metas municipais. Os planos de ação climática incluem um inventário de emissões, metas ou objetivos de redução e ações de redução analisadas e priorizadas. Idealmente, um plano de ação climática também inclui uma estratégia de implementação que identifica os recursos necessários e mecanismos de financiamento.

Plano de Adaptação Nacional - processo contínuo, progressivo, iterativo, participativo e transparente que permite que as partes interessadas formulem e implementem planos nacionais de adaptação como meio de identificar as necessidades de adaptação de médio e longo prazo, e desenvolver e implementar estratégias e programas para atender a essas necessidades.

Políticas Públicas - conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade.

Programa - documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública. Focado no cronograma em si; no entanto, sempre ligado a um plano e/ou projeto.

Project Preparation Facilities (PPF) - usados como meio de desenvolver projetos financiáveis e prontos para investimento, podendo fornecer apoio técnico e financeiro aos proprietários e concessionárias dos projetos. Esses apoios podem cobrir uma ampla gama de atividades, incluindo: empreender projetos e estudos de viabilidade; desenvolver documentos de aquisição e contratos de concessão de projetos; realizar estudos socioambientais e conscientizar as partes interessadas.

Projeto - menor unidade do processo de planejamento. Instrumento de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas. Possui todas as fases de criação, incluindo estudos de viabilidade para colocar em prática a ideia.

Projetos financiáveis - projetos bem estruturados, viáveis técnica, econômica, e socioambientalmente, com mapeamento de riscos e estratégias de mitigação, e que sejam atrativos para as instituições de financiamento.

Projetos financeiramente viáveis - projetos viáveis economicamente.

Retorno sobre o Investimento (RoI) - medida de desempenho usada para avaliar a eficiência de um investimento ou comparar a eficiência de uma série de investimentos diversos. Procura medir diretamente a quantidade de retorno de um determinado investimento, em relação ao custo do investimento.

Sistema MRV - sistema projetado para permitir o monitoramento e padronização da medição (M), reporte (R) e verificação (V) das informações associadas às mudanças climáticas. Essas informações são necessárias para garantir o cumprimento das metas nacionais e internacionais e para garantir a qualidade e coerência dos dados não reportados.

Subsídios - forma de ajuda financeira ou apoio estendido a um setor econômico (ou instituição, empresa ou indivíduo) em geral com o objetivo de promover a política econômica e social. Os subsídios ocorrem em várias formas, incluindo aqueles diretos (concessões em dinheiro, empréstimos sem juros) e indiretos (incentivos fiscais, seguros, empréstimos a juros baixos, amortizações de depreciação, reduções de aluguel).

Viabilidade técnica - análise do projeto, abrangendo todo o estudo técnico das medidas e soluções a serem implementadas, garantindo que o projeto seja viável.

Viabilidade econômica - análise do projeto, considerando seus aspectos econômicos e financeiros, garantindo que o projeto seja viável para ser implementado.

Viabilidade socioambiental - análise do projeto, englobando os benefícios para a sociedade e meio ambiente que o projeto trará, assim como possíveis riscos socioambientais e medidas de mitigação.



SIGLAS

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ECDBC - Estratégia da Colômbia para o Desenvolvimento de Baixo Carbono

GCC - Green Climate Cities

GEE - Gases de Efeito Estufa

GT - Grupo de Trabalho

M&A - Monitoramento e Avaliação

MRV - Medição, Reporte e Verificação

NDCs - Contribuições Nacionalmente Determinadas

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PEE - Programa de Eficiência Energética

PPF - Project Preparation Facilities

PPP - Parceria Público-Privada

RoI - Retorno sobre o Investimento

ROL - Receita Operacional Líquida